



XVIII ENANPUR
NATAL 2019
27 a 31 maio

A PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL EM CURITIBA ENTRE 1930 E 1964

Autores:

Ricardo Serraglio Polucha - Cohab Curitiba - ricardopolucha@gmail.com

Resumo:

O objetivo deste artigo é analisar a produção de habitação de interesse social em Curitiba entre a Revolução de 1930 e o Golpe de 1964. Parte-se da análise da reconfiguração do Estado que ocorreu nesse período e de sua influência no desenvolvimento de políticas públicas de habitação de interesse social. Em seguida é apresentado como essas mudanças no plano nacional repercutiram em Curitiba. Para tanto foi realizado um inventário da produção de habitação de interesse social, analisando suas características, o papel das diferentes instituições envolvidas nesse processo e o efeito dessa política na estruturação urbana.

A PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL EM CURITIBA ENTRE 1930 E 1964

INTRODUÇÃO

O período que tem início com a Revolução de 1930 e termina com o Golpe Militar de 1964 foi marcado por uma reconfiguração do Estado, que passou a ter um caráter mais intervencionista, tendo como objetivo a consolidação de uma sociedade urbano-industrial. Nesse contexto foram desenvolvidas diversas políticas públicas, incluindo as de habitação de interesse social.

Diversos autores estudaram as políticas habitacionais desse período. Entre esses trabalhos se destaca o de Bonduki e Kouri (2014), que faz uma análise histórica da evolução das políticas habitacionais, bem como um inventário da produção de habitação de interesse social do período, se concentrando na atuação das instituições do governo federal e em algumas de governos estaduais ou municipais. Devido à dimensão do trabalho, e à dificuldade na obtenção de dados, esse inventário não é completo. Bonduki (2014) afirma que principalmente as instituições dos governos estaduais e municipais não foram estudadas a fundo.

Este artigo se insere na linha de pesquisa consolidada por esse trabalho. O objetivo é aprofundar o conhecimento sobre a produção de habitação de interesse social do período de 1930 a 1964 em Curitiba. Especialmente porque não existem pesquisas específicas sobre esse tema. As principais fontes de dados empregadas foram: *Jornais*, que registraram negociações políticas para realização de empreendimentos, editais de licitação, inauguração de obras, entre outros acontecimentos; *Arquivo Público Municipal*, que possuem os alvarás de construção do período, onde constam dados técnicos de diversos empreendimentos; *Mensagens do governador do estado à Assembleia Legislativa*, relatórios anuais que identificam a atuação do governo estadual em diversas áreas, incluindo a de habitação de interesse social.

O artigo inicia com a conceituação do que é habitação de interesse social, partindo das lutas políticas ocorridas na Europa a partir do final do século XIX. Em seguida é mostrado como estas ideias repercutiram no Brasil, levando ao desenvolvimento de políticas públicas de habitação de interesse social. Finalmente é apresentado como essas políticas públicas foram implantadas em Curitiba e qual seu efeito na estruturação urbana.

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

A emergência do modo de produção capitalista no século XIX gerou um novo modo de produção do espaço, com o processo de industrialização induzindo a concentração populacional nas cidades. Ocorrendo num contexto de exacerbado liberalismo, essa urbanização se deu de forma desordenada, tendo a insuficiência de habitação para classe trabalhadora como um dos principais problemas. Essas tensões sociais foram acomodadas mediante um arranjo no qual os grupos dominantes passaram a admitir determinado grau de intervenção estatal. Assim, a “liberdade completa, concedida às iniciativas privadas, é limitada pela intervenção da administração – que estabelece os regulamentos e executa obras públicas” (BENEVOLO, 2012, p. 573). No entanto, essa intervenção pública, especialmente no caso da habitação, foi reduzida e por isso insuficiente para resolver de forma satisfatória as tensões existentes.

A partir do começo do século XX o crescimento dos movimentos trabalhistas e a crise capitalista de 1930 estabeleceram uma nova correlação de forças que culminou com o surgimento do Estado de Bem-Estar Social. O papel regulador do Estado passou a ser mais acentuado, pactuando os conflitos entre capital e trabalho orientado por uma perspectiva de universalização de direitos sociais.

Esse novo contexto fez surgir um urbanismo que levava em conta as demandas da classe trabalhadora. O Movimento de Arquitetura Moderna foi essencial na construção desse novo urbanismo. Para Harvey (2012) “os modernistas veem o espaço como algo a ser moldado para propósitos sociais e, portanto, sempre subserviente à construção de um projeto social” (p.69).

De acordo com Benevolo (2012), o Urbanismo Moderno entendia a habitação como o elemento básico ordenador do espaço. “Aceitando a moradia como ponto de partida, a arquitetura moderna se propõe reconstruir a cidade segundo exigências dos habitantes, em vez de seguir as dos proprietários e dos funcionários” (p. 637). Portanto, um dos campos prioritários de atuação do Urbanismo Moderno foi o da habitação para a classe trabalhadora.

Os Congressos de Arquitetura Moderna refletem esta orientação. Eles foram realizados entre 1928 e 1956, e principalmente em suas primeiras edições o tema da habitação foi central, tendo sido discutidas questões como parâmetros mínimos construtivos da unidade e dos blocos habitacionais, custo de construção, preço da terra. Para Bruna (2010), “será a construção dos grandes conjuntos habitacionais nas décadas de 1920 e 1930 na Holanda, Alemanha, Áustria e Inglaterra que concretamente realizarão pela primeira vez essa arquitetura para as massas proletárias das grandes cidades industriais” (p. 26). Para Rolnik (2015), “a provisão pública de habitação constituiu-se em um dos pilares da construção de uma política de bem-estar social na Europa, um pacto redistributivo entre capital e trabalho que sustentou décadas de crescimento” (p. 35). Contudo, Harvey (2012) lembra que essa intervenção estatal se dava dentro de limites estreitos. “Mesmo quando contido por regulamentos de planejamento ou orientado em torno de investimentos públicos, o capital corporativo ainda tinha muito poder” (p. 73).

Assim, ainda que o Estado de Bem-Estar Social não tenha gerado um novo modo de produção do espaço, ele atenuou significativamente as tensões existentes. Resultante desse processo, a habitação de interesse social (HIS) pode ser caracterizada como aquela produzida direta ou indiretamente pelo Estado para atender a população que não possui condições econômicas de acessar o mercado imobiliário formal, como forma de reduzir as desigualdades e construir uma sociedade mais equilibrada.

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO BRASIL

No Brasil o processo de urbanização começou a se intensificar no fim do século XIX, com a consolidação de uma economia agrária-exportadora baseada no café e de viés liberal. De acordo com Bonduki (2004, 2014) a produção de habitação para população de baixa renda nesse período era privada e constituída por duas tipologias básicas.

Uma era a vila operária construída por companhias privadas para seus funcionários. Por fazerem parte do processo de implantação de fábricas, seguiam um plano pré-estabelecido, seguindo princípios de economia, salubridade e racionalidade, e em geral continham equipamentos sociais para atender os trabalhadores. Outra era a vila particular para exploração do aluguel, construída por pequenos investidores, grandes empresas construtoras ou sociedades mutuárias. Essa tipologia era a mais comum, e atendia todas as classes sociais. Para tentar viabilizar o acesso da população de baixa renda o Estado ofereceu isenções fiscais aos construtores. Contudo, mesmo assim o custo do aluguel era proibitivo para grande parcela dessa população. Isso fez surgir a tipologia do cortiço, que era ilegal por não atender os padrões mínimos construtivos.

Esse cenário se transformou com a Revolução de 1930, deflagrada por elites regionais descontentes comandadas por Getúlio Vargas. Para Bonduki (2014) o objetivo era “impulsionar a formação e o fortalecimento de uma sociedade de cunho urbano-industrial, capitalista, mediante uma forte intervenção estatal em todos os âmbitos da atividade econômica” (p. 41). O foco principal dessa estratégia foi a promoção da industrialização. Porém, a fim de estabelecer uma aliança com as classes trabalhadoras urbanas, também foram contempladas demandas sociais (FAUSTO, 1996). Para tanto, o Estado foi remodelado tendo sido criado um aparato burocrático capaz de planejar e executar uma série de políticas públicas (MAGALHÃES, 2001).

No caso da política habitacional o Estado agiu de duas formas principais: produção de habitação de interesse social a partir de 1930, e regulação do mercado de locação por meio do congelamento dos aluguéis a partir de 1942. “O governo passa a intervir tanto no processo de produção como no de mercado de locação habitacional, abandonando a postura de deixar a questão da construção, comercialização, financiamento e locação habitacional às ‘livres forças do mercado’” (BONDUKI, 2014, p. 41). Os objetivos dessas medidas eram diversos: canalizar os investimentos privados para o setor industrial, atender as demandas por habitação da população de baixa renda, reduzir o custo de reprodução da força de trabalho (BONDUKI, 2004).

Os efeitos dessa política habitacional foram contraditórios. A urbanização foi acelerada pela industrialização, gerando demanda no mercado imobiliário. Contudo, sua atuação foi concentrada na renovação e verticalização das áreas centrais das principais cidades brasileiras, beneficiando a população de alta renda. Para população de baixa renda a produção privada foi desestimulada pelo congelamento dos aluguéis e a produção estatal não atingiu a quantidade necessária. Com isso, a principal alternativa foi a autoconstrução em loteamentos periféricos e favelas ou os cortiços.

Contudo, Bonduki (2014) ressalta que a produção de habitação de interesse social apresentou aspectos positivos, pois “formou um grupo de profissionais voltados para formular e executar programas e projetos habitacionais, impulsionou a indústria de materiais e as empresas de construção civil, difundiu novas tipologias e criou uma experiência extremamente relevante para o desenvolvimento posterior da política habitacional brasileira” (p. 42).

INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO

O início da política habitacional se deu com a transformação das Caixas de Aposentadoria e Pensão. Essas instituições previdenciárias foram criadas em 1923, inicialmente para empresas ferroviárias e depois para outras categorias. A contribuição era feita pelos trabalhadores, empregadores e Estado, e a gestão pelos trabalhadores e empregadores. Em substituição às Caixas de Aposentadoria e Pensão o Governo Vargas criou os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), que passaram a centralizar os recursos financeiros previdenciários e sua gestão, com a incumbência de executar uma política pública de atendimento previdenciário, médico e habitacional.

Em 1933 foi criado o Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos (IAPM); em 1934 o Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciais (IAPC) e o Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Bancários (IAPB); em 1936 o Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários (IAPI); em 1938, o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE), o Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Estivadores (IAPE) e o Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETC). Os ferroviários continuaram utilizando suas Caixas de Aposentadoria e Pensão. Em 1953 elas foram unificadas com as dos empregados em serviços públicos na Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos (CAPFESP), que em 1960 se transformou no Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos (IAPFESP).

Na área habitacional os IAPs operavam com quatro planos de aplicação de recursos. O plano A financiava a construção de conjuntos habitacionais, o plano B financiava a compra ou aquisição da casa própria, o plano C financiava qualquer tipo de construção e o plano D financiava a formação de patrimônio imobiliário para os IAPs. Os planos A e B tinham o objetivo de atender os trabalhadores que não conseguiam adquirir habitação com recursos próprios. No Plano A a forma majoritária de acesso à habitação era o aluguel e no Plano B a venda. Essa escolha pelo aluguel se deu pela avaliação de que a rápida urbanização brasileira causaria uma valorização imobiliária elevada, e por isso era interessante para os IAPs se

manterem como proprietários dos imóveis. Já os planos C e D tinham como objetivo principal assegurar a máxima rentabilidade dos investimentos.

A produção dos IAPs teve acentuada influência do Urbanismo Moderno. Para Bonduki (2004) essa transferência de conhecimento se deu pelos profissionais brasileiros que estudaram no exterior, pela atuação direta de profissionais estrangeiros no Brasil, e pela difusão das ideias por meio de livros, revistas, publicações e congressos. Assim, de acordo com Bruna (2010), “na segunda metade dos anos de 1930, quando se organizam as carteiras habitacionais dos IAPs, já havia no Brasil um corpo técnico com experiência e capacidade administrativas comparáveis às melhores equipes europeias das décadas de 1920-1930” (p. 150).

Houve grande heterogeneidade na atuação de cada IAP, mas em maior ou menor grau foram adotados princípios modernistas tais como: Papel indutor do Estado, por meio da criação e consolidação de um corpo técnico público capaz de elaborar e gerir políticas habitacionais; Compreensão científica do projeto, por meio do estudo de parâmetros arquitetônicos; Produção industrial, por meio da padronização, produção em escala, experimentação de novos materiais; Indução de novo comportamento social, por meio da proposição de novas tipologias habitacionais vinculadas às necessidades urbanas (BRUNA, 2010). O resultado geral foi uma produção habitacional com alta qualidade construtiva, adequada inserção no espaço urbano, soluções tipológicas inovadoras, e oferta de serviços públicos.

(...) emerge com força uma nova atitude, caracterizada pela preocupação com o barateamento da construção, através da racionalização, industrialização e verticalização (...) assim como surgiram novas tipologias – como blocos multifamiliares e ‘unités d’habitation’ – e propostas urbanísticas, como a cidade jardim. Os programas passaram a incluir uma gama variada de equipamentos coletivos, difundindo-se a concepção de que a habitação não podia ser apenas a moradia individual (BONDUKI, 2004, p. 145).

Contudo, esse modelo também apresentava limitações. A estrutura institucional era fragmentada corporativamente, o que impedia a otimização dos recursos existentes. As finalidades principais eram a aposentadoria, pensão e atendimento médico, deixando o atendimento em um plano secundário. E havia também duas visões concorrentes de atendimento habitacional: uma que entendia que o objetivo principal era atender os trabalhadores que não conseguiam adquirir habitação com recursos próprios, e outra que entendia que o objetivo principal era obter rendimentos elevados.

O Governo Vargas chegou a propor em 1945 a criação do Instituto de Serviços Sociais do Brasil (ISSB), que unificaria os recursos previdenciários e teria como objetivo específico implementar uma política habitacional abrangente de caráter universalista, financiando não somente habitação, mas também desenvolvimento urbano, social e econômico. No entanto, essa proposta não foi implantada.

Bonduki (2014) identifica três fases da atuação dos IAPs: “uma de 1937 a 1945, período de aquisição de terrenos, elaboração de projetos e início da produção; de 1946 a 1951, período das grandes realizações, com a construção massiva de conjuntos; e de 1952 a 1964, momento de forte queda na produção em todo país” (p. 162). Na totalidade os IAPs construíram 50.989 unidades habitacionais pelo Plano A e 76.206 pelo Plano B.

FUNDAÇÃO DA CASA POPULAR

Em 1946 assumiu a presidência Eurico Gaspar Dutra numa conjuntura de grave crise de habitação. A Segunda Guerra Mundial havia causado escassez e encarecimento de materiais de construção, a produção privada era restrita devido ao congelamento dos aluguéis e concentrada na população de alta renda e a produção estatal de habitação de interesse social não era significativa.

Por causa desse contexto a questão habitacional foi priorizada. Ainda no primeiro ano de governo foi criada a Fundação da Casa Popular (FCP), recuperando parte das ideias do projeto do ISSB do Governo Vargas: centralização dos fundos previdenciários, atuação abrangente, incluindo construção de habitações de interesse social, atividades de serviço social, financiamento de infraestrutura urbana e indústrias de materiais de construção e apoio a pesquisas sobre habitação (BONDUKI, 2014).

A concepção de habitação de interesse social da FCP era oposta à do Governo Vargas, enfatizando o modelo de casa própria em unidades unifamiliares. Essa opção era derivada de uma visão conservadora que via a casa própria como um instrumento de difusão dos princípios capitalistas de propriedade e que era refratária à convivência plural proporcionada pelos edifícios habitacionais.

Contudo, a oposição de promotores privados, representantes de interesses corporativos, e defensores de grandes projetos desenvolvimentistas impediu que os fundos previdenciários fossem centralizados na FCP. Os recursos destinados foram basicamente dotações orçamentárias da União, insuficientes para pôr em prática os objetivos idealizados. Assim a FCP se tornou uma instituição frágil, incapaz de desenvolver ações em larga escala.

Para superar a falta de recursos a FCP desenvolveu parcerias com prefeituras, que ficavam encarregadas da doação de terrenos e implantação da infraestrutura urbana e equipamentos públicos. Entretanto, a distribuição de recursos para as prefeituras seguiu critérios clientelistas. Por sua vez, as prefeituras em geral buscavam terrenos baratos e muitas vezes não executavam as obras previstas. Isso resultou na implantação de conjuntos habitacionais pequenos, com menos de 50 unidades habitacionais, em áreas periféricas, e dispersos em grande número de municípios com menos de 100.000 habitantes. As tipologias empregadas eram de baixo custo, com técnicas construtivas convencionais e priorizando casas térreas.

De acordo com Bonduki (2014), a FCP “passou a ser considerada um símbolo de ineficiência governamental e do predomínio da fisiologia em detrimento da racionalidade e do interesse público” (p. 261). A produção total da FCP foi de 19.002 unidades habitacionais.

INSTITUIÇÕES REGIONAIS

Na década de 1950 ocorreu uma progressiva descentralização das políticas habitacionais, com a criação de diversas instituições estaduais e municipais. Esse processo é resultado da constatação da gravidade do problema habitacional, e da percepção dos políticos locais de que atuar nesta área aumentaria sua popularidade. Bonduki (2004) cita o caso paulista como exemplo: “De olho nos dividendos políticos e enfrentando nas principais cidades paulistas forte crise habitacional, Adhemar de Barros pretendia ele próprio promover empreendimentos habitacionais, tendo para isso criado a Caixa Estadual de Casas para o Povo (CECAP) em 1949” (BONDUKI, 2004, p. 122).

Essa iniciativa dos governos locais significou uma ruptura tanto com a posição corporativa predominante no Governo Vargas, onde a produção habitacional estava centralizada no governo federal e articulada por categorias profissionais, quanto com a posição liberal de não intervencionismo estatal que restringia a iniciativa dos estados e municípios em desenvolver políticas próprias.

Bonduki (2014) estima a produção dessas instituições regionais em 5.954 unidades habitacionais, porém afirma que o conhecimento sobre essa produção ainda é reduzido. “A lista de instituições é extensa e certamente está incompleta. Ademais, não se dispõem de um levantamento sistemático de sua produção. No entanto, é fundamental citá-las, na perspectiva de abrir novos campos de investigação” (p. 283).

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL EM CURITIBA

No plano local a intensificação da urbanização teve início com o ciclo da erva-mate na República Velha. Curitiba foi um dos principais centros de beneficiamento do produto, o que gerou um importante desenvolvimento econômico e urbano. (OLIVEIRA, 2001).

A primeira iniciativa identificada de habitação de interesse social ocorreu nesse período. De acordo com Posse e Castro (2012) a partir de meados da década de 1910 a produção imobiliária entrou em declínio causando uma crise habitacional. Respondendo a esse contexto o governo estadual em 1923 criou a Caixa de Construção dos Funcionários do Paraná e adquiriu um terreno para construção de um conjunto habitacional. Denominado Vila dos Funcionários, ele foi projetado pela Seção Técnica da Diretoria Estadual de Obras Públicas com 11 casas e inaugurado em 1926.

A Revolução de 30 representou um marco de transição econômica e política. Politicamente houve uma substituição das elites dirigentes. O Governo Vargas nomeou como interventor Manoel Ribas, oficial do exército ligado às elites da pecuária dos Campos Gerais. No período de redemocratização iniciado com o fim do Estado Novo, Manoel Ribas fundou o PSD e fez seu sucessor, Moysés Lupion, empresário da indústria madeireira que governou de 1947 a 1951 e de 1956 a 1961. Um grupo político adversário se formou em torno de Bento Munhoz da Rocha Netto, herdeiro político das oligarquias dominantes da República Velha, e que governou de 1951 a 1956 pela coligação UDN-PL-PR-PRP-PST. Ney Braga, um dissidente deste grupo político, governou de 1961 a 1965 pela coligação PDC-PL. A maior parte do

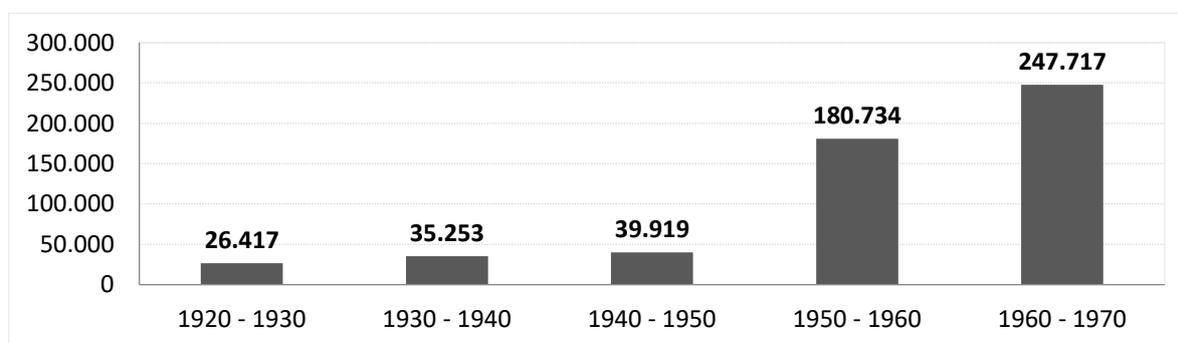
período estudado foi marcado pela centralização política. Até 1954 o cargo de prefeito era indicado pelo governador. Ney Braga, depois eleito governador, foi o primeiro prefeito eleito democraticamente pela coligação PSP-PR, seguido por Iberê de Mattos do PTB e Ivo Arzua da coligação PDC-UDN-PL¹. (KUNHAVALIK, 2004a; KUNHAVALIK, 2004b; OLIVEIRA, 2004; SALLES, 2004).

A despeito da polarização estabelecida em torno desses grupos, na prática o processo político seguiu a mesma orientação. Assim como no plano nacional, o Estado foi fortalecido e passou a agir de forma mais intervencionista, tendo como objetivo geral a industrialização. Porém, inicialmente as atividades econômicas ligadas ao setor primário continuaram sendo predominantes. Com a Crise de 1929 o ciclo da erva-mate entrou em decadência e foi substituído pelo café e pela madeira. A industrialização passou a ser fomentada com maior ênfase somente a partir de meados da década de 1950 (MAGALHÃES, 2001; OLIVEIRA, 2001).

A partir do final da década de 1940 o Paraná se tornou um dos principais produtores de café do Brasil, gerando um acentuado desenvolvimento econômico. Grande parte dessa riqueza foi canalizada para Curitiba, centro administrativo, comercial e industrial do estado, gerando uma transformação urbana significativa.

Um dos efeitos foi o aumento populacional da cidade. O número de habitantes passou de 105.403 em 1930 para 361.309 em 1960. Na Tabela 1 que apresenta o incremento populacional por década, se destaca o salto ocorrido na década de 1950.

Tabela 1. Incremento Populacional em Curitiba entre 1920 e 1970.



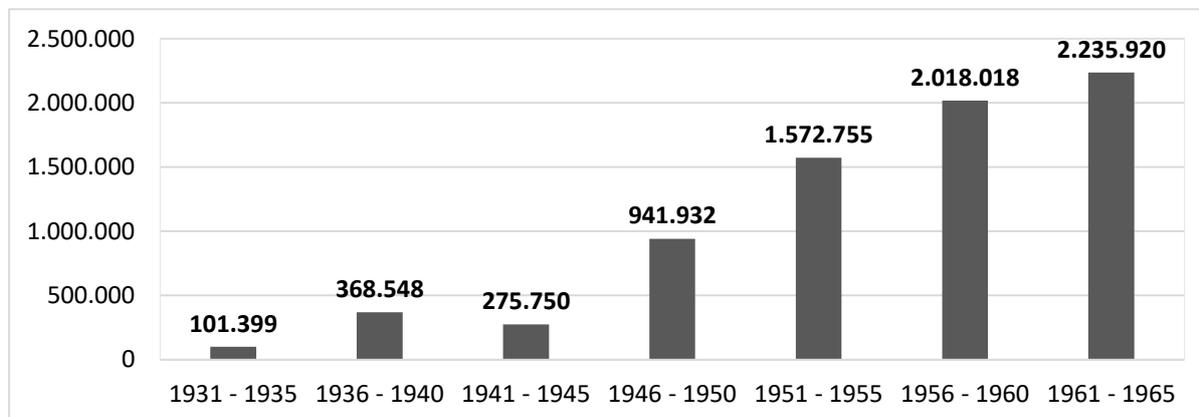
Fonte: IBGE, IPPUC. Elaboração: o autor.

Outro efeito foi a dinamização do mercado imobiliário. A Tabela 2 mostra como houve uma expansão significativa da área liberada nas construções em Curitiba a partir de meados da década de 1940. Seguindo o que ocorreu nos principais centros urbanos brasileiros, esses investimentos se concentraram principalmente na verticalização da área central. De acordo com Pilotto (2010) no bairro Centro foram construídos 9 edifícios na década de 1940, 51 na década de 1950 e 77 na década de 1960. Nos demais bairros nesse período foram construídos somente 8 edifícios. “Nunca antes Curitiba construía tantas obras, em tão pouco tempo e nem tão grandes. Curitiba poliu-se e adornou-se com edifícios cada vez mais altos e

¹ PDC - Partido Democrata Cristão, PL - Partido Liberal, PR - Partido Republicano, PRP - Partido da Representação Nacional, PSD – Partido Social Democrático, PSP - Partido Social Progressista, PST - Partido Social Trabalhista, PTB - Partido Trabalhista Brasileiro, UDN - União Democrática Nacional.

grandiloquentes, edifícios que eram vistos como um mostruário da exuberância econômica da cidade” (DUDEQUE, 2001, p. 158).

Tabela 2. Área liberada nas construções em Curitiba entre 1930 e 1965.



Fonte: Prefeitura, IPPUC. Elaboração: o autor.

Com essas características o dinamismo imobiliário atendeu principalmente a população de alta renda. Em contraste, para a população de baixa renda esse foi um período de crise habitacional, pois a oferta de moradia era limitada e os aluguéis elevados. Os jornais da época retratavam essa situação: “Também a Caixa Econômica suspendeu, igualmente, os empréstimos para pequenas construções residenciais, fato que não se justifica, mormente nesta fase em que a crise de habitação atinge seu ponto máximo” (DIÁRIO DO PARANÁ, 19/11/1947). “A crise de habitação tem ocasionado dois problemas que exigem uma atitude enérgica dos responsáveis pela tranquilidade social. O primeiro é sobre a falta de habitação e o segundo a especulação imobiliária” (O DIA, 18/01/1953).

É nesse cenário que se desenvolvem as ações governamentais no campo da habitação de interesse social em Curitiba. A seguir serão apresentadas de forma cronológica as intervenções realizadas no período de 1930 a 1964.

DÉCADA DE 1930 – PRIMEIRAS INTERVENÇÕES

A primeira intervenção do período foi realizada para atender os ferroviários. As empresas ferroviárias tinham uma política de construção de habitações para seus funcionários, que eram executadas pela própria empresa ou por sua Caixa de Aposentadoria e Pensão.

Em Curitiba existia a Rede Viação Paraná – Santa Catarina (RVPSC), e a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Paraná – Santa Catarina. Quando a RVPSC foi transformada em autarquia em 1942 os ferroviários passaram a integrar a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos dos Estados do Paraná e Santa Catarina (CAPSPEPRSC), que englobava também os funcionários da Companhia Telefônica Paranaense, Companhia Força e Luz Paraná, Departamento de Água e Esgoto do Paraná.

A produção habitacional se dava de três formas: conjuntos habitacionais, as chamadas vilas ferroviárias; casas isoladas, geralmente construídas para os associados das Caixas de Aposentadoria e Pensão; pequenos agrupamentos de casas, as chamadas casas de turmas, destinadas às turmas de funcionários que mantinham cada trecho da estrada de ferro².

VILA FERROVIÁRIA PÁTIO DE MANOBRAS – RVPSC

Em 1937 a RVPSC iniciou a construção de um conjunto habitacional ao lado do pátio de manobras existente próximo à Estação Central. Ele era constituído por casas de alvenaria destinadas a funcionários da administração e de madeira destinadas a operários (CORDOVA et al., 2010). Não foram localizados registros detalhados sobre este conjunto habitacional, porém, por meio de foto aérea de 1957 se estima que foram construídas cerca de 110 casas.

DÉCADA DE 1940 – RESPOSTA À CRISE HABITACIONAL

Nas principais cidades brasileiras o período da Segunda Guerra Mundial foi marcado por uma grave crise habitacional. Eleito presidente em 1946, Eurico Gaspar Dutra definiu a questão habitacional como uma de suas prioridades. Nesse período a FCP foi criada, e a construção de conjuntos habitacionais pelos IAPs teve seu apogeu. Repercutindo essa conjuntura, diversas iniciativas foram realizadas em Curitiba.

Devido ao aumento do movimento ferroviário a RVPSC precisou ampliar a Estação Central e transferir as oficinas para um espaço maior na periferia da cidade, no bairro Cajuru. Para abrigar os funcionários foi construído um conjunto habitacional, que ficou conhecido como Vila Novas Oficinas.

No outro extremo da cidade, no bairro Santa Quitéria, numa região que até então estava fora do quadro urbano, foram construídos cinco conjuntos habitacionais. Um pela própria Prefeitura, e quatro numa parceria onde a Prefeitura doou os terrenos e apoiou a execução de infraestrutura urbana e instituições federais se encarregaram da construção das unidades habitacionais.

VILA FERROVIÁRIA NOVAS OFICINAS – CAPSPEPRSC E RVPSC

Em 1947 foi aprovada uma planta de loteamento e um alvará de construção em nome da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos dos Estados do Paraná e Santa Catarina. O loteamento era constituído de 480 lotes e o alvará de construção continha o projeto de 100 casas de alvenaria e madeira. Destas foram construídas 96 casas entre 1945 e 1950. Próximo ao conjunto também foi construído pela própria RVPSC um conjunto de 15 casas para funcionários especializados (CORDOVA et al., 2010).

² Em relação às casas isoladas pesquisa na lista de alvarás de construção da Prefeitura identificou 46 alvarás aprovados em nome da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos dos Estados do Paraná e Santa Catarina entre 1944 e 1964. Em relação às casas de turma foram identificadas as da Parada Stresser, Parada Cajuru e Vila Argelina (CORDOVA et al., 2010).

CONJUNTO DE CASAS OPERÁRIAS – PREFEITURA

Em 1946 a Prefeitura construiu um conjunto habitacional no bairro Santa Quitéria. Eram 10 casas de madeira com dois quartos, sala, cozinha e banheiro, que foram destinadas a servidores municipais, adotando como critério de seleção tempo de serviço, família mais numerosa, e eficiência no trabalho. As obras foram realizadas pela empresa Irmãos Thá.

Uma das motivações para tomada de iniciativa do governo municipal, inédita até então, foi a crise habitacional existente na cidade. “O dr. Algacyr Munhoz Mader, ilustre engenheiro e governador da cidade de Curitiba, vem concretizar, pois, uma justa aspiração dos operários municipais. A crise de habitações representa, por certo, um dos maiores problemas econômicos do momento” (DIÁRIO DO PARANÁ, 07/09/1946).

Apesar do reduzido número de casas, esse conjunto habitacional era visto como o início de um projeto maior. “Residências confortáveis e decentes, dotadas de ótimo terreno, essas 10 casas populares representam, na verdade, o início de um grande plano de assistência ao trabalhador, pois elas constituem o princípio do bairro operário que, em Santa Quitéria será levantado pela Prefeitura” (DIÁRIO DO PARANÁ, 30/08/1946). Não foi identificado nenhum plano ou projeto deste bairro operário. Mas de fato, nos anos seguintes essa afirmação se concretizou com a construção de outros conjuntos habitacionais.

CONJUNTO FUNDAÇÃO DA CASA POPULAR – FCP

Ainda em 1946 a Prefeitura deu início a uma parceria com a FCP, designando como representante o engenheiro Raul Bruel Antonio, Chefe da Divisão de Patrimônio do Departamento de Edificações, Cadastro e Patrimônio. Foi assinado um termo de acordo que previa a construção de 500 casas em Curitiba e 100 em Ponta Grossa, com as prefeituras se responsabilizando pela infraestrutura urbana. O governo estadual também iniciou cooperação com a FCP, que redundou na criação do Conselho de Habitação Popular em 1948.

Artigo 7º. O C. H. P. deverá dentro de trinta dias a contar da sua constituição, elaborar o respectivo estatuto, que não poderá se afastar das diretrizes da política habitacional traçadas pelo Conselho Central (...) da Fundação da Casa Popular (FCP) e das normas previstas na cláusula terceira do termo de acordo firmado entre o Estado do Paraná e a mencionada Fundação na capital da República (PARANÁ, 1948).

Em 1948 foi aprovada a lei municipal nº 130 que autorizava a doação 241 lotes à FCP. No mesmo ano foi lançado um edital para construção de 241 casas de madeira. A entrega ocorreu em 1949, porém foram construídas somente 41 casas modelo S3QCB-6, de alvenaria, com 51 m², três quartos, sala, cozinha e banheiro (KAIRUZ, 2004).

As casas foram postas à venda para população em geral, com as condições do interessado não ser proprietário de um imóvel, não possuir renda inferior ao limite estipulado e não ter idade superior a 60 anos. Foi prevista uma distribuição de 60% das casas para operários, 20% a funcionários públicos civis e militares, e 20% a outras profissões.

A crise habitacional continuava sendo a principal justificativa para construção de casas. “(...) a Fundação da Casa Popular está construindo (...) 241 casas residenciais para serem vendidas pelo preço de custo a pessoas de poucos recursos, procurando assim solucionar em parte a crise de habitações que atravessa o país e que vem sendo uma das maiores preocupações do governo da República” (DIÁRIO DA TARDE, 09/02/1949).

O caráter conservador da política habitacional da FCP que optava pela difusão da casa própria é explicitado nesse discurso do deputado Laertes Munhoz da UDN sobre o conjunto habitacional a ser realizado pela FCP em Curitiba. “Cada novo proprietário será indiscutivelmente um interessado na manutenção das instituições constituídas e da ordem econômico-social vigente” (DIÁRIO DO PARANÁ, 15/12/1947).

CONJUNTO CARMELA DUTRA – CEF

A característica distintiva desse conjunto habitacional foi ter sido executado pela Caixa Econômica Federal (CEF), instituição que não atuava diretamente na produção de habitação de interesse social. Isso enfatiza a prioridade dada à questão nesse período³.

Em 1946 foram vendidos 120 lotes da Prefeitura no bairro Santa Quitéria à CEF para construção de casas populares. “É das mais louváveis a deliberação do dr. Algacyr Munhoz Mader, prefeito municipal de Curitiba, facilitando a compra daquela área de terra pela Caixa Econômica, assim como se comprometendo a pavimentar as vias de acesso ao citado bairro” (DIÁRIO DO PARANÁ, 26/09/1946). Na imprensa essa parceria foi anunciada como uma importante realização na área de habitação de interesse social. “A Prefeitura de Curitiba enfrenta o problema da casa própria. Uma grande Vila Operária em Santa Quitéria com a colaboração da Caixa Econômica” (DIÁRIO DO PARANÁ, 15/06/1946).

O conjunto habitacional possuía 120 casas com quatro tipos diferentes de plantas, variando entre 50 m² e 72 m², e 14 tipos diferentes de fachadas. As casas eram de alvenaria com divisões internas de madeira, contando com sala, cozinha, banheiro, e dois ou três quartos. As obras foram realizadas pelas empresas Gutierrez, Paula e Munhoz, Barbosa e Giglio e Iwersen, Pierre e Loyola, com início em 1947 e conclusão em 1948.

A inauguração contou com a presença do presidente Eurico Gaspar Dutra, e em homenagem a sua esposa o conjunto habitacional recebeu o nome de Carmela Dutra. “A vila operária de Santa Quitéria é a maior até agora construída pelas Caixas Econômicas em todo território nacional. Daí a importância de que se reveste a inauguração, que contará com a presença do Presidente da República” (O DIA, 09/12/1948).

O conjunto Carmela Dutra, e por consequência os demais construídos ao seu redor, se situava numa área ainda precária, como mostra uma notícia de vários anos após sua conclusão. “Temos, por exemplo, a Vila Carmela Dutra, que seria um bairro desejável, se as

³ Além da construção desse conjunto habitacional a CEF financiou entre 1954 e 1963 2.180 casas isoladas. 671 destes financiamentos poderiam ser enquadradas como habitação de interesse social por possuir área menor que 80 m² (PEREIRA, 1965).

circunstâncias permitissem estender até ali todos os recursos do conforto” (O DIA, 01/07/1952).

VILA DOS BANCÁRIOS – IAPB

Em 1948 a Prefeitura doou 84 lotes no bairro Santa Quitéria ao IAPB para construção de um conjunto habitacional. Foram construídos 55 sobrados de 84 m² em 1949, e mais 26 sobrados sem data de conclusão identificada. As obras foram realizadas pela FCP. De acordo com Kairuz (2004), em alguns casos houve um sistema de parceria no qual os IAPs ficavam responsáveis pelo terreno e financiamento e a FCP pela construção.

No discurso de inauguração o representante do IAPB agradeceu o apoio dado pela FCP e elogiou as qualidades do conjunto habitacional. “A princípio, dedicando-se a financiamento com recursos próprios, hoje, mais se dedica à parte técnica das construções, com organização especializada, pode planificar grandes conjuntos por preços e qualidade nunca dantes conseguidos” (O DIA, 30/10/1949). Contudo a realidade era bem diferente das tradicionais louvações dos discursos de inauguração de obras. De acordo uma comissão de bancários do Rio de Janeiro que foi inspecionar a Vila dos Bancários em 1952, as casas foram entregues sem ligação de esgotos e forro de beirais.

CONJUNTO 29 DE MARÇO – IPASE

Poucas informações foram encontradas sobre este conjunto habitacional. Teria havido apoio do governo estadual e municipal na doação do terreno no bairro de Santa Quitéria. Ele era composto de 50 casas que também foram construídas pela FCP. As obras tiveram início em 1949 e conclusão em 1950⁴.

Assim como na Vila dos Bancários, a execução da obra também foi incompleta e gerou muitas reclamações. “Os moradores do Conjunto Residencial 29 de Março (...) vão ver solucionado um problema que há mais de seis anos os afligia: serão asfaltadas as ruas internas e transversais do conjunto” (DIÁRIO DO PARANÁ, 01/08/1957).

DÉCADA DE 1950 – CAIXA DE HABITAÇÃO POPULAR DO PARANÁ

Até o final da década de 1940 a produção de habitação de interesse social em Curitiba era realizada por instituições federais, com o apoio indireto do governo estadual e municipal na forma de doação de terrenos ou obras de infraestrutura urbana. Essa dinâmica foi alterada em 1950 quando o governador Moyses Lupion criou a Caixa de Habitação Popular do Estado do Paraná (CHPEP).

De acordo com Bonduki (2014), na década de 1950 foram criadas muitas instituições regionais para tratar da questão habitacional. As motivações eram tanto um aprofundamento do entendimento da habitação de interesse social como política pública necessária, como

⁴ Além da construção desse conjunto habitacional o IPASE realizou entre 1944 e 1963 248 empréstimos hipotecários (PEREIRA, 1965).

também a percepção crescente dos políticos locais de que a crise habitacional era acentuada, e que ações nessa área ampliavam sua popularidade.

No discurso de inauguração do primeiro conjunto habitacional construído pela CHPEP seu presidente apontou as limitações da FCP como uma motivação para criação de uma instituição regional. “Contudo como as atividades daquela Fundação se estendessem por todo território nacional, (...), o Paraná, forçosamente, teria de ir ficando para traz. E o Governo do Estado, sem preocupações de ordem nacional, poderia com os próprios recursos de seu povo, solucionar o seu problema, todo de ordem local” (O DIA, 28/01/1951).

Essas instituições regionais estavam inseridas nas disputas políticas existentes. Para a oposição a criação da CHPEP foi considerada um ataque direto aos interesses políticos do governo federal.

(...) os jornais de domingo publicaram (...) o ante-projeto da criação da Caixa de Habitação Popular do Estado do Paraná desde logo apontado da autoria do próprio sr. Moyses Lupion. Trata-se de um blefe (...) para (...) desmoralizar a Fundação da Casa Própria (sic) iniciativa federal do eminente sr. General Eurico Gaspar Dutra. (...) por dois modos procede à sabotagem do plano de residências para os operários concebido e realizado pelo benemérito sr. Presidente da República: impedindo que este inaugure e o prossiga no Paraná, assim prejudicando-lhe o merecido e alto prestígio no seio das classes trabalhadoras, e divulgando o anteprojeto, dele Governador, com idêntica finalidade, dando a perceber que o Estado fará aquilo que o Chefe da Nação não pode ou não quis fazer (DIÁRIO DA TARDE, 28/03/1950).

A criação da CHPEP pode ser vista como o resultado de um processo de progressiva institucionalização da questão habitacional no governo estadual. Já constava na Constituição do Paraná de 1947 que o governo deveria criar serviços técnicos e administrativos para promover medidas de assistência social, entre elas “a construção de construções higiênicas e cômodas, assim na zona urbana como na rural” (PARANÁ, 1947). Em 1948 essa institucionalização foi ampliada com a criação do Conselho de Habitação Popular.

De acordo com a lei estadual nº 360/1950, o objetivo da CHPEP era “proporcionar a brasileiros ou estrangeiros, residentes no Estado há mais de cinco anos, que vivam de pequenos rendimentos, a aquisição, reforma ou construção de moradia própria, ou a locação de habitação higiênica de sua propriedade, tanto na zona urbana como na rural” (PARANÁ, 1950).

O quadro funcional para cumprir esse objetivo era bastante reduzido. “Dirige-a um Conselho Administrativo composto de cinco membros um dos quais ocupa a presidência outro a secretaria geral. Há um Chefe de Contabilidade a quem estão afetos os trabalhos de controle de escrituração de verbas; um Engenheiro-Chefe e um Assistente; um Tesoureiro; dois Auxiliares de Escritório e três Assistentes Sociais diplomadas” (O DIA, 19/12/1954). Durante

quase toda a existência da CHPEP seu presidente foi o engenheiro Mario Augusto de Queiroz, originalmente delegado do IAPC.

A CHPEP construiu 15 conjuntos habitacionais, sendo 7 em Curitiba e 8 em cidades do interior⁵. A concepção de habitação de interesse social da CHPEP era semelhante à da FCP: casa própria em unidades unifamiliares de projetos convencionais situadas em conjuntos habitacionais pequenos. Além disso, a CHPEP também financiou a construção de casas isoladas⁶, construiu uma escola e chegou a atuar em favelas, realizando levantamentos cadastrais.

Ao longo da existência da CHPEP existiram diversas acusações de práticas ilegais. Quando Bento Munhoz da Rocha assumiu o governo em 1951 foram aprovadas mudanças no estatuto da CHPEP, alegando irregularidades. “Projeto de lei apresentado à Assembleia Legislativa que, modificando a organização da ‘Caixa de Habitação Popular’, extingue as sinecuras ali existentes, criadas pela administração passada, para desfrute de afilhados” (DIÁRIO DA TARDE, 29/03/1951). Acusação semelhante foi realizada na gestão seguinte, de Bento Munhoz da Rocha: “Mais o que fez, sem consignar um vintém nos orçamentos em auxílio da Caixa de Habitação, dela ainda se serviu, lançando mão de quantia superior a 20 milhões de cruzeiros, para o grupo Novo Estilo” (O DIA, 01/09/1955). Já o governador Ney Braga em sua gestão determinou o “arquivamento de todas as autorizações ‘preferenciais’ dadas pelo governo anterior em detrimento flagrante do interesse coletivo” (DIÁRIO DO PARANÁ, 16/05/1961).

A CHPEP existiu até o Golpe Militar de 1964, que criou um novo arcabouço institucional. A lei estadual nº 5.113/1965 extinguiu a CHPEP e criou em seu lugar a Companhia de Habitação Popular do Paraná (COHAPAR).

Na década de 1950, a produção de habitação de interesse social ficou concentrada na CHPEP. O único empreendimento construído por outra instituição foi um conjunto habitacional do IAPC.

CONJUNTO Nº 1 - CHPEP

O primeiro conjunto habitacional construído pela CHPEP foi no bairro Santa Quitéria, em terreno vendido por preço simbólico pela Prefeitura. O conjunto habitacional era composto de 48 casas de alvenaria de 55 m², com três quartos, sala, cozinha e banheiro. Também foi construído um armazém de produtos para abastecer a população. As obras tiveram início em 1950 e conclusão em 1951, ainda na gestão do governador Moyses Lupion.

⁵ Conjunto nº 2 – Ponta Grossa, 50 casas, entregue em 1952. Conjunto nº 4 – Paranaguá, 92 casas, entregue em 1956. Conjunto nº 5 – União da Vitória, 50 casas, entregue em 1955. Conjunto nº 7 – Irati, 32 casas, entregue em 1957. Conjunto nº 13 – Pirai do Sul, 20 casas, entregue em 1961. Conjunto nº 14 – Maringá, 41 casas, entregue em 1963. Conjunto nº 15 – Jacarezinho, 10 casas, entregue em 1963.

⁶ A CHPEP financiou 439 casas isoladas entre 1951 e 1963 (PEREIRA, 1965).

CONJUNTO Nº 3 – CHPEP

O conjunto habitacional estava localizado no bairro Santa Quitéria e era composto de 83 casas de alvenaria. Havia um tipo de 58 m², com dois quartos, sala, cozinha, banheiro e sala de almoço e outro de 72 m², com três quartos, sala, cozinha, banheiro e sala de almoço. A conclusão ocorreu em 1952, já na gestão do governador Bento Munhoz da Rocha. Para atender os conjuntos habitacionais 1 e 3 e os demais existentes no bairro a CHPEP construiu em 1954 o Grupo Escolar Paula Gomes.

Uma polêmica aconteceu quando a CHPEP decidiu implantar casas nos miolos de quadras. De acordo com os jornais essa medida provocaria a favelização do conjunto habitacional. “As condenáveis ‘casinhas’ tipo ‘cortiço’! Pequenas casas erguidas nos fundos das residências, obrigando os que residem nas tais ‘favelas’ a penetrar nos terrenos alheios para atingir as mesmas” (DIÁRIO DA TARDE, 18/06/1953). Essa polêmica mostra a preocupação em garantir o caráter reservado do lar, revelando o caráter conservador da CHPEP, semelhante ao da FCP.

CONJUNTO Nº 6 – CHPEP

O conjunto habitacional estava localizado no bairro Jardim das Américas e era composto de 56 casas de alvenaria de 57 m² com dois quartos, sala, cozinha, banheiro e sala de almoço. Uma das casas foi reservada para instalar uma escola pública. A inauguração ocorreu em 1954 com a presença do presidente Café Filho. O discurso do presidente da CHPEP revela que a produção de habitação de interesse social no modelo da casa própria unifamiliar desempenhava o papel político de instrumento de manutenção da ordem vigente.

E essa atuação já se vai refletindo até nos próprios alicerces de nossa segurança social, pois mais difícil se torna a uma artimanha subversiva, a um engodo de ordem política conquistar para seu credo a boa vontade de um trabalhador, se ele não é mais um desherdado da sorte, mas sim um co-proprietário de sua Pátria, dono de seu pedaço de chão onde está erguido para sempre o seu lar, onde seus filhos vão crescendo e aprendendo a respeitar a dignidade de possuir, como incentivo ao respeito pelo que é de propriedade dos outros (GAZETA DO POVO, 20/12/1954).

Apesar do presidente Café Filho mencionar em seu discurso que “as casas inauguradas (...) estão próximas à cidade, por estrada de fácil acesso” (GAZETA DO POVO, 20/12/1954), na verdade o bairro Jardim das Américas era até então totalmente desabitado e distante do centro. Em 1956 o conjunto habitacional nº 6 foi complementado com a construção de mais 28 casas. Esse conjunto habitacional foi denominado nº 6-A.

CONJUNTO Nº 9 – CHPEP

Em alguns documentos este conjunto habitacional é denominado Vila Sofia em outros de Hermínia Lupion, nome da esposa do então governador Moyses Lupion. Ele estava localizado no bairro Uberaba e era composto de 114 casas de alvenaria de 43 m² com um

quarto, sala, cozinha, depósito e banheiro. O edital de licitação foi lançado em 1956 e a conclusão ocorreu em 1958. As obras foram realizadas pela empresa Luyr Isfer Ltda. As casas seriam ocupadas por famílias de 7 a 9 pessoas. De todos os conjuntos habitacionais construídos em Curitiba pela CHPEP esse era o que tinha localização mais periférica e menor tamanho de casa.

CONJUNTO Nº 10 – CHPEP

Este conjunto habitacional foi denominado Conjunto Governador Moyses Lupion. Ele estava localizado no bairro Jardim das Américas e era composto de 34 sobrados de alvenaria de 75 m² com quatro quartos, sala, cozinha e banheiro e 84 casas de alvenaria de 45 m² com três quartos, sala, cozinha e banheiro. O edital de licitação foi lançado em 1958 e a conclusão ocorreu em 1959. As obras foram realizadas pela empresa Luyr Isfer Ltda. Uma curiosidade é que em 1960 um dos sobrados foi entregue a um importante maestro paranaense, Bento Mossorunga.

CONJUNTO BENJAMIN CONSTANT – CHPEP

Este conjunto habitacional teve a particularidade de ter sido construído para o Instituto Paranaense dos Cegos. Ele estava localizado no bairro Santa Quitéria e era composto de 10 casas de alvenaria. O terreno foi doado pela Prefeitura. O edital de licitação foi lançado em 1959 e a conclusão ocorreu no mesmo ano. As obras foram realizadas pela empresa Luyr Isfer Ltda.

CONJUNTO LEGIÃO DA BOA VONTADE – CHPEP

Este conjunto habitacional foi construído para Legião da Boa Vontade. Ele estava localizado no bairro Jardim das Américas e era composto de 40 casas de alvenaria com três quartos, sala/cozinha e banheiro. O edital de licitação foi lançado em 1959 e a conclusão ocorreu em 1960.

CONJUNTO JOÃO GUALBERTO – IAPC

Em 1944 foi adquirido pelo IAPC um terreno de 196.000 m² no bairro Bacacheri, pertencente a Caetano Munhoz da Rocha, pai do futuro governador Bento Munhoz da Rocha. A ideia inicial era construir uma vila com 300 casas, porém o projeto não foi adiante. Em seu lugar foi construído um conjunto habitacional de cinco edifícios de quatro andares com 40 apartamentos, cuja inauguração ocorreu em 1958. Na área remanescente do terreno a ideia era financiar a venda dos lotes diretamente aos segurados, pois o então presidente do IAPC não concordava com a construção de conjuntos habitacionais. Na sua visão era mais eficiente utilizar este recurso mediante financiamento direto aos segurados. No entanto, nada foi realizado e o terreno acabou sendo ocupado irregularmente.

DÉCADA DE 1960 – TRANSIÇÃO

O período estudado termina com o Golpe Militar de 1964, que criou uma nova política habitacional substituindo toda o arcabouço institucional existente. Contudo cabe apresentar

aqui dois empreendimentos realizados nesse novo período: o Conjunto Pilarzinho e o Conjunto IPASE construído no bairro Guabirota. Se tratam de empreendimentos realizados num período de transição, onde a nova política habitacional ainda não estava constituída, e ainda guardava resquícios da anterior.

CONJUNTO PILARZINHO – URBS

A política habitacional criada pelo regime militar foi estruturada pelo Banco Nacional de Habitação e pelas Companhias de Habitação Popular. No Paraná em 1965 foi criada a Companhia de Habitação Popular do Paraná (COHAPAR), que substituiu a CHPEP, e a Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB). Porém, após o Golpe Militar e antes da criação da COHAB e da COHAPAR, houve a construção do Conjunto Pilarzinho.

A forma como ocorreu a implantação deste conjunto habitacional evidencia o apoio norte-americano ao regime militar. Em 1961 a Agência Norte Americana para Desenvolvimento Internacional - United States Agency For International Development (USAID), criou o programa Aliança para o Progresso. O objetivo era apoiar ações de desenvolvimento social e econômico na América Latina para conter o avanço das forças políticas de esquerda no continente.

Em 1964 a Prefeitura adquiriu um terreno no bairro Pilarzinho e técnicos da recém-criada Companhia de Urbanização de Curitiba (URBS) e da USAID iniciaram estudos para construção de um conjunto habitacional. A URBS enviou arquitetos, engenheiros e assistentes sociais para fazerem um estágio na Vila Kennedy, conjunto habitacional construído pela COHAB da Guanabara e também patrocinou um “Seminário Sobre Planejamento de Conjuntos de Habitação Popular”, do qual participaram a COHAB da Guanabara, a USAID, o Centro de Pesquisas Urbanísticas da Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo, e o Instituto dos Arquitetos do Brasil.

A localização do Conjunto Pilarzinho era bastante periférica. Por exigência da USAID a proposta desenvolvida foi construir 100 casas embriões cuja ampliação ficaria a cargo dos moradores. Deveria ser criada uma cooperativa habitacional na qual as famílias participassem da construção das casas num sistema de ajuda mútua. Também foi proposto fornecer alimentação como forma de amortizar o valor a ser pago pelas famílias. O conjunto habitacional foi concluído em 1965 e destinado para funcionários da Prefeitura sem recursos para construir a casa própria.

O Governador Ney Braga chegou a determinar que a CHPEP fosse uma instituição intermediadora entre o governo estadual, as prefeituras e a USAID, desenvolvendo estudos para ampliar essa política habitacional para todo o Paraná.

CONJUNTO GUABIROTUBA – IPASE

O IPASE foi o único IAP que continuou existindo após o Golpe Militar, até 1977. Em 1967 foi anunciado um convênio entre o IPASE e a COHAB para construção de um conjunto habitacional com 200 casas para servidores públicos federais no bairro do Portão. No entanto, a localização foi alterada para o bairro Guabirota devido a questões judiciais envolvendo os

proprietários do terreno. O conjunto habitacional era composto de 200 casas de alvenaria, sendo 30 de 92 m² com três quartos, duas salas, banheiro, cozinha e banheiro de empregada, 30 de 78 m² com três quartos, sala, banheiro, cozinha, e 140 de 53 m² com dois quartos, sala, banheiro e área de serviço. As obras foram executadas pela empresa Irmãos Mauad Ltda e concluídas em 1968.

EFETIVIDADE DA POLÍTICA HABITACIONAL

No período de 1930 a 1964 ocorreu um acentuado processo de urbanização em Curitiba. A população passou de 105.403 em 1930 para 361.309 em 1960. Esse crescimento aconteceu principalmente na década de 1950, quando foram acrescentados mais de 180.000 novos habitantes.

Contudo, essa urbanização não foi acompanhada de uma adequada estruturação do espaço urbano para acomodar a população mais pobre. A produção de habitação de interesse social foi próxima de 1.000 unidades habitacionais, como mostra a Tabela 3. A fila de inscritos para obtenção de casa própria na CHPEP no final da década de 1950 era de aproximadamente 3.000 pessoas. O déficit habitacional de Curitiba em 1963 era estimado em 12.200 moradias (PEREIRA, 1965).

Tabela 3. Conjuntos habitacionais produzidos em Curitiba no período 1930 a 1964.

ENTREGA	NOME DO CONJUNTO	ENTIDADE PROMOTORA	UNIDADES HABITACIONAIS
Sem informação	Vila Ferroviária Pátio de Manobras	RVPS	110
Sem informação	Vila Ferroviária Nova Oficinas	CAPSPEPRSC	96
1946	Conjunto de casas operárias	Prefeitura	10
1948	Vila Carmela Dutra	CEF	120
1949	Conjunto Fundação da Casa Popular	FCP	41
1949	Vila dos Bancários	IAPB	55
Sem informação	Vila dos Bancários	IAPB	26
1950	Conjunto 29 de Março	IPASE	50
1951	Conjunto nº 1	CHPEP	48
1952	Conjunto nº 3	CHPEP	83
1954	Conjunto nº 6	CHPEP	56
1956	Conjunto nº 6-A	CHPEP	28
1958	Conjunto nº 9	CHPEP	114
1958	Conjunto João Gualberto	IAPC	40
1959	Conjunto nº 10	CHPEP	118
1959	Conjunto Benjamin Constant	CHPEP	10
1960	Conjunto LBA	CHPEP	40
Total geral			1.045

Fonte: Relatórios de governo do estado do Paraná, periódicos e alvarás de construção. Elaboração: o autor.

Esse contexto fez surgir a produção informal de moradia, na forma de cortiços na área central e principalmente favelas nas áreas periféricas. Os primeiros registros de favelas encontrados na imprensa são de meados da década de 1940. Tratavam-se de núcleos pequenos, ainda próximos do núcleo urbano consolidado. Mas no decorrer da década de 1950 a quantidade da população vivendo em favelas aumentou. “Curitiba, apresenta, como as grandes cidades de hoje, o doloroso drama dos marginais. Há cerca de 4 a 5 anos, não havia favelas em nossa Capital. Hoje elas estão em franco e assustador crescimento, na maioria dos bairros” (DIÁRIO DO PARANÁ, 26/05/1955). “Com o crescer da cidade, Curitiba está agora enfrentando um problema social gravíssimo: a crise de habitações e o desnível entre salários e custo de vida determinando o aparecimento de favelas e moradias improvisadas, que desfiguram a paisagem do centro e dos bairros” (DIÁRIO DO PARANÁ, 25/09/1955) “À medida em que se multiplicam os arranha-céus no centro da cidade, vão crescendo em extensão geométrica as favelas nos subúrbios curitibanos” (ÚLTIMA HORA, 05/09/1959).

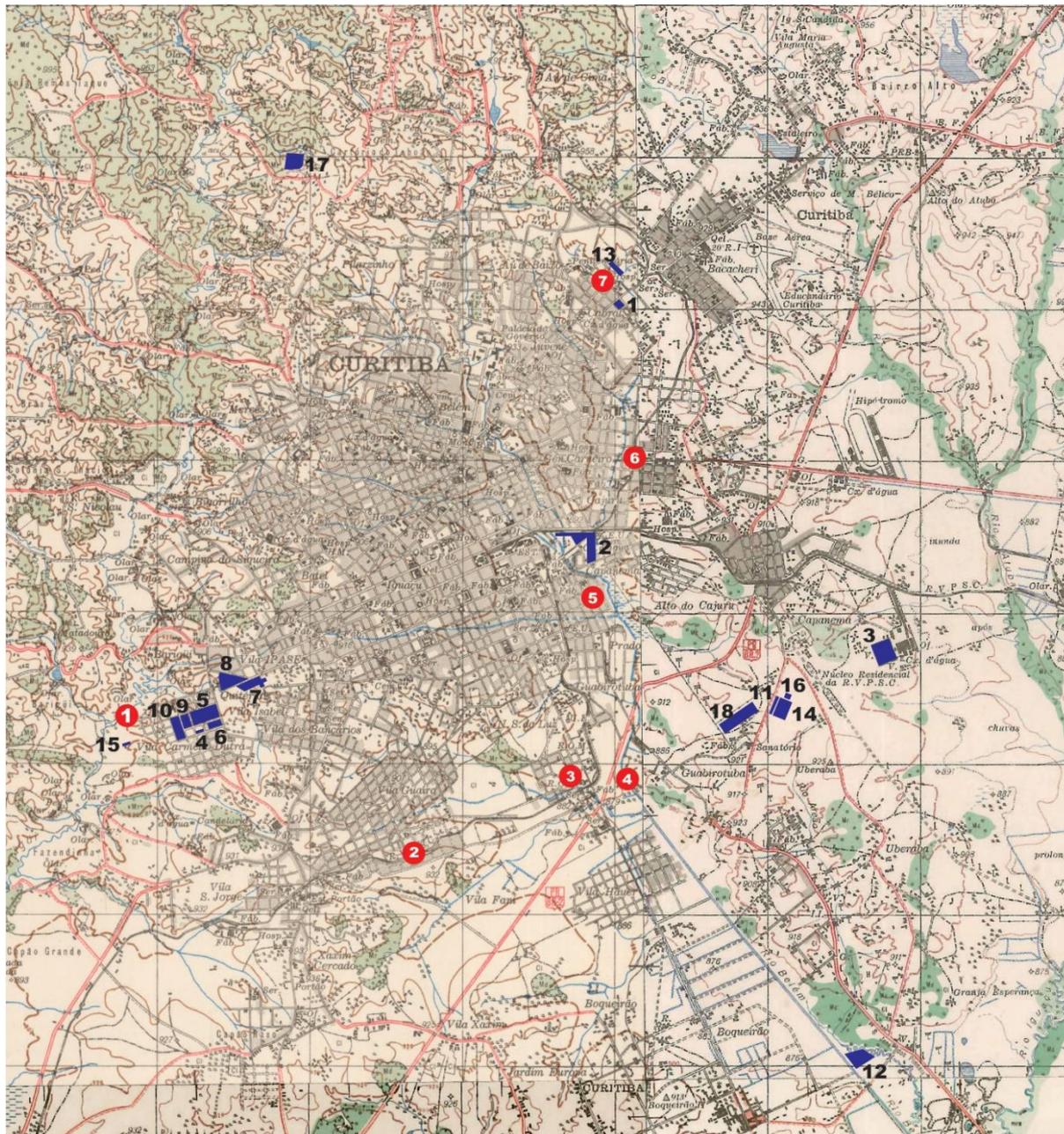
Levantamento realizado pela CHPEP em 1956 identificou 2.200 famílias em precárias condições de habitabilidade. Em 1961 foi realizado um novo levantamento de favelas em Curitiba, desta vez pela Secretaria do Trabalho e Assistência Social do governo estadual. O levantamento identificou uma população de 11.712 moradores, aproximadamente 3% da população de Curitiba, sendo 48% em barracos dispersos, 24% em favelas, 16% em casas de cômodos e 12% em cortiços. 42% dessa população contribuía para algum IAP, mostrando a ineficiência de sua atuação. Em geral as favelas se localizavam às margens da estrada de ferro. A maior favela era a da Vila Guaíra, localizada próxima a uma estrada de ferro, que contava com 341 domicílios e 1.416 habitantes, seguida da Santa Quitéria, localizada entre os conjuntos habitacionais ali construídos e as margens do Rio Barigui, que contava com 120 domicílios e 573 habitantes. A Figura 1 identifica os conjuntos habitacionais de HIS e as principais favelas em Curitiba no período estudado.

CONCLUSÃO

A análise da produção de habitação de interesse social entre 1930 e 1964 em Curitiba revela como houve uma profunda articulação com a conjuntura nacional. A remodelação do Estado desencadeada pela Revolução de 1930 deu origem a uma política pública de habitação de interesse social que foi irradiada para todo país.

Os primeiros conjuntos habitacionais de Curitiba surgiram ligados à expansão da malha ferroviária. Como apontou Bonduki (2014), após a Segunda Guerra Mundial, num contexto de crise habitacional, retomada dos investimentos imobiliários e incentivo do governo federal, houve uma expansão da produção de habitação de interesse social. Nesse contexto, a Prefeitura se tornou mais atuante, estabelecendo parcerias com a FCP, os IAPs e a CEF. A criação da CHPEP também é um exemplo de um processo nacional de progressiva descentralização das políticas públicas de habitação de interesse social com a criação de diversas instituições estaduais ou municipais. De acordo com Bonduki (2014) esse é um campo de pesquisa pouco estudado, por isso a apresentação da história da CHPEP é particularmente importante.

Figura 1. Conjuntos habitacionais de HIS e favelas.



CONJUNTOS HABITACIONAIS ■

- 1 - Vila dos Funcionários
- 2 - Vila Ferroviária Pátio de manobras
- 3 - Vila Ferroviária Novas Oficinas
- 4 - Conjunto de casas operárias
- 5 - Vila Carmela Dutra
- 6 - Conjunto Fundação da Casa Popular
- 7 - Vila dos Bancários
- 8 - Conjunto 29 de Março
- 9 - Conjunto nº1

- 10 - Conjunto nº3
- 11 - Conjunto nº6 / 6A
- 12 - Conjunto nº9
- 13 - Conjunto João Gualberto
- 14 - Conjunto nº10
- 15 - Conjunto Benjamin Constant
- 16 - Conjunto LBA
- 17 - Conjunto Pilarzinho
- 18 - Conjunto IPASE

FAVELAS ●

- 1 - Santa Quitéria
- 2 - Vila Guaira
- 3 - Parolin
- 4 - BR-2
- 5 - Pinto
- 6 - Itupava
- 7 - IAPC

Fonte: Levantamento realizado em 1953 pela Diretoria do Serviço Geográfico do Ministério da Guerra.
Elaboração: o autor.

Todas essas experiências revelam a importância do estudo da produção de habitação de interesse social em Curitiba no período de 1930 a 1964. Nesse sentido as pesquisas sobre o tema precisam ampliar seu recorte de estudo, uma vez que o ponto inicial é geralmente identificado com o Golpe Militar de 1964 e a criação da COHAB e COHAPAR.

Essa análise auxilia a compreender em perspectiva a realidade contemporânea, ao recuperar a história do processo de estruturação urbana da cidade. A intensa urbanização ocorrida no período, marcada pelo aumento da população e pela expansão do mercado imobiliário, se deu de forma desigual. Os investimentos imobiliários se concentraram nas áreas centrais voltados para a população de alta renda, deixando de estruturar a cidade para atender a demanda crescente por moradia da população de baixa renda.

O investimento em habitação de interesse social foi reduzido, e por isso a quantidade de unidades habitacionais produzidas não foi suficiente para atender o déficit habitacional existente. Além disso, muitas vezes o atendimento teve um caráter clientelista, com o objetivo de propaganda, e não de real solução do problema. Os conjuntos habitacionais foram construídos em áreas periféricas, muitas vezes sem infraestrutura urbana adequada. Diante dessa conjuntura a população mais pobre resolveu sua necessidade por moradia de maneira informal, fazendo surgir as favelas e cortiços.

REFERÊNCIAS

- BENEVOLO, Leonardo. *História da Cidade*. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- BONDUKI, Nabil. *Os pioneiros da habitação social no Brasil: volume 01*. São Paulo: Estação UNESP Edições SESC, 2014.
- BONDUKI, Nabil; KOURI, Ana Paula. *Os pioneiros da habitação social no Brasil: volume 02*. São Paulo: ESTAÇÃO UNESP Edições SESC, 2014.
- BRUNA, Paulo. *Os primeiros arquitetos modernos*. São Paulo: EDUSP, 2010.
- CORDOVA, Dayana Zdebsky de et al. Pelos Trilhos: Paisagens Ferroviárias de Curitiba. In: ____ (Org.). *Pelos Trilhos: Paisagens Ferroviárias de Curitiba*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2010.
- DIÁRIO DA TARDE. 1949. *Fundação da Casa Popular constroe um núcleo residencial em Santa Quitéria*. 09 de fevereiro de 1949. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/800074/75949>>.
- _____. 1950. *O blefe das habitações*. 28 de março de 1950. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/800074/77999>>.
- _____. 1951. *Projeto de lei apresentado à Assembléia Legislativa que, modificando a organização da 'Caixa de habitação Popular', extingue as sinecuras ali existentes,*

criadas pela administração passada, para desfrute de afilhados. 29 de março de 1951. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/800074/79779>>.

_____. 1953. *Centro Cívico e 'favelas'!* 18 de junho de 1953. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/800074/83478>>.

DIÁRIO DO PARANÁ. 1946. *A Prefeitura enfrenta o problema da casa própria.* 15 de junho de 1946. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/171433/1585>>.

_____. 1946. *Uma visita às 'casas populares' construídas pela Prefeitura de Curitiba.* 30 de agosto de 1946. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/171433/2087>>.

_____. 1946. *Inaugura-se hoje o primeiro lote das casas destinadas aos operários.* 7 de setembro de 1946. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/171433/2147>>.

_____. 1946. *A Caixa Econômica construirá em Curitiba 120 casas populares.* 26 de setembro de 1946. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/171433/2271>>.

_____. 1947. *Porque a Caixa Econômica suspendeu os pequenos empréstimos?* 19 de novembro de 1947. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/171433/4947>>.

_____. 1947. *Casas populares em Curitiba.* 15 de dezembro de 1947. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/171433/5115>>.

_____. 1955. *Fome frio e sofrimento nas favelas de Curitiba.* 26 de maio de 1955. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/761672/5990>>.

_____. 1955. *Grave problema social no bairro de Itupava.* 25 de setembro de 1955. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/761672/7601>>.

_____. 1957. *Moradores de Santa Quitéria deixarão de patinar na lama nos dias chuvosos.* 01 de agosto de 1957. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/761672/17163>>.

_____. 1961. *Governo estabeleceu novas normas para empréstimos da Caixa de Habitação Popular.* 16 de maio de 1961. Disponível em <>.

DUDEQUE, Irã José Tahttp://memoria.bn.br/DocReader/761672/37085borda. *Espirais de Madeira.* Uma história da arquitetura de Curitiba. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, 2001.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil.* São Paulo: Edusp, 1996.

GAZETA DO POVO. 1954. *Residencial construído pela Caixa de Habitação Popular do Estado.* 20 de dezembro de 1954.

HARVEY, David. *Condição Pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2012a.

KAIRUZ, Sálua. *Fundação da Casa Popular (1946-1964)*. 2004. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, EESC/USP, São Carlos, 2004.

KUNHAVALIK, José Pedro. Bento Munhoz da Rocha Neto: Trajetória Política e Gestão no Governo do Paraná. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de (Org.). *A Construção do Paraná Moderno. Políticos e Política no Governo do Paraná de 1930 a 1980*. Curitiba: SETI, 2004a.

_____. Ney Braga: Trajetória Política e Bases do Poder. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de (Org.). *A Construção do Paraná Moderno. Políticos e Política no Governo do Paraná de 1930 a 1980*. Curitiba: SETI, 2004b.

MAGALHÃES, Marion Brephol de. *Paraná: Política e Governo*. Curitiba: SEED, 2001.

O DIA. 1948. *Fatos e versões*. 09 de dezembro de 1948. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/092932/64758>> .

_____. 1949. *Inúmeras obras realizadas na sua profícua gestão governamental atestam, insofismavelmente, o elevado tino administrativo do sr. Lupion*. 30 de outubro de 1949. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/092932/67411>> .

_____. 1951. *Discurso do dr. Mario Queiroz, presidente da Caixa de Habitação Popular*. 28 de janeiro de 1951. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/092932/71329>> .

_____. 1952. *A ação da Caixa Econômica*. 1 de julho de 1952. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/092932/75094>> .

_____. 1953. *Especulação imobiliária*. 18 de janeiro de 1953. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/092932/77052>> .

_____. 1954. *Curitiba – cidade sem cortiços*. 19 de dezembro de 1954. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/092932/83919>> .

_____. 1955. *Os trabalhadores e a casa popular*. 1 de setembro de 1955. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/092932/86483>> .

OLIVEIRA, Dennison de. *Urbanização e Industrialização no Paraná*. Curitiba: SEED, 2001.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Notas Sobre a Política Paranaense no Período de 1930 a 1945. In: ____ (Org.). *A Construção do Paraná Moderno. Políticos e Política no Governo do Paraná de 1930 a 1980*. Curitiba: SETI, 2004.

PARANÁ. Constituição do estado do Paraná, de 12 de julho de 1947. Cria o Conselho De Habitação Popular e estabelece as normas para sua organização. Curitiba, Diário

Oficial de 22 de julho de 1947.

_____. Decreto n. 3910, de 16 de agosto de 1948. Cria o Conselho De Habitação Popular e estabelece as normas para sua organização. Diário Oficial de 17 de agosto de 1948.

_____. Lei n. 360, de 5 de julho de 1950. Cria a Caixa de Habitação Popular do Estado do Paraná. Diário Oficial de 7 de Julho de 1950.

PEREIRA, Ivo Arzua. *Moradia: Esperança e Desafio*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1965.

PILOTTO, Angela Seixas. *Área metropolitana de Curitiba. Um estudo a partir do espaço intra-urbano*. 2010. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, FAU/USP, São Paulo, 2010.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos Lugares. A Colonização da Terra e da Moradia na Era das Finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

POSSE, Zulmara Clara Sauner; CASTRO, Elizabeth Amorim de. *As Virtudes do Bem-Morar*. Curitiba: Edição das autoras, 2012.

SALLES, Jefferson de Oliveira. A Relação Entre o Poder Estatal e as Estratégias de Formação de um Grupo Empresarial Paranaense nas Décadas de 1940-1950: O Caso do Grupo Lupion. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de (Org.). *A Construção do Paraná Moderno. Políticos e Política no Governo do Paraná de 1930 a 1980*. Curitiba: SETI, 2004.

ÚLTIMA HORA. 1959. *Crise de habitação e desemprego: estímulo às favelas em Curitiba*. 5 de setembro de 1959. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/830348/2786>>.